



“VOANDO COMO UM CONDOR”: A OPERAÇÃO CONDOR SEGUNDO JOHN DINGES

Resenha de DINGES, John. *Os Anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 445 p.

Gabriel Amato Bruno de Lima

Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Possuindo como pressuposto uma acepção presentista do conhecimento histórico, podemos afirmar que aquele que exerce o ofício de historiar e volta-se para a análise das experiências humanas no tempo é motivado e dialoga com as preocupações e inquietações próprias de suas experiências no presente ao falar sobre o passado. Voltar os olhos para os homens imersos em outras temporalidades é, de acordo com essa definição, procurar compreender/interpretar não apenas “aquilo que se passou”, e que pode ser reconstruído pelos indícios e vestígios que resistiram ao tempo, como também entender as próprias relações que se operam nas diversas esferas do presente. O historiador, ou mesmo aquele que se volta para a análise do passado sem assim ser denominado, “*fabrica*” um conhecimento a partir de um “*lugar social*” e opera, assim, uma interpretação dupla, sobre o passado e o presente.¹

Nesse sentido, a escolha do jornalista e escritor norte-americano John Dinges em produzir sua interpretação sobre as ações dos governos ditatoriais que se instalaram no Cone Sul e de seus opositores durante a década de 1970 não é apenas uma busca do entendimento do passado latino-americano (que é também o seu). O autor de “*Os Anos do Condor*”, que trabalhou no Chile entre 1972 e 78 como correspondente de meios de comunicação norte-americanos e que atualmente é professor de jornalismo na Universidade de Columbia², dedica-se sim à narração de eventos como o “Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência nacional” responsável pela criação da Condor

¹ Cf. CERTAU, Michel de. “A operação histórica.” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Problemas*. RJ: Francisco Alves, 1976.

² BIOGRAPHICAL Note. Disponível em <<http://www.johndinges.com/condor/biography.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2010.



em 1975. No entanto, não é possível ignorar o diálogo que Dinges, militante da causa dos direitos humanos nos EUA, faz com o contexto em que ele escrevia, isto é, o início dos anos 2000.

Como fica patente ao lermos o primeiro capítulo do livro (“A primeira guerra ao terrorismo”), o impacto dos ataques de 11 de Setembro de 2001 às torres do World Trade Center recolocou algumas questões para o pensamento intelectual norte-americano e está presente na elaboração de John Dinges. De acordo com o autor, a discussão sobre as perseguições e assassinatos empreendidos por aliados norte-americanos no contexto de radicalização política da Guerra Fria ajuda a esclarecer, ou ao menos a problematizar, a importância e o papel das agências de informação norte-americanas tendo em vista a “guerra contra o terrorismo” da Al-Qaeda. Para J. Dinges, analisar as ações da Operação Condor possui objetivos explícitos que são colocadas no decorrer do livro e que podem ser sintetizados na seguinte questão: qual o papel e o poder de interferência do governo norte-americano e de suas agências no contexto da política internacional, na Guerra Fria e no mundo contemporâneo?

Para responder a essa pergunta, a narrativa de Dinges perpassa pelas principais ações que, hoje sabemos, eram empreendidas secretamente pelos governos ditatoriais aliados e apoiados pelos EUA em nome do combate ao “terrorismo”, ao comunismo e à subversão. No decorrer do livro, as três fases do Condor apresentadas no segundo capítulo (“Encontro em Santiago”), isto é, a criação de um centro coordenador no Chile com ajuda tecnológica norte-americana, as ações contra inimigos das ditaduras nos seis países-membros (Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil) e as operações fora dos desses países servem de baliza para a análise do autor. Entretanto, o recorte adotado por Dinges é a de não seguir uma ordem cronológica em sua análise. A opção do autor é nos apresentar, no decorrer dos catorze capítulos do livro, as principais ações da Operação Condor, como o assassinato do político democrata chileno Orlando Letelier em 1976 na cidade de Washington, D.C. (capítulo 11: “Um assassinato evitável”) ou a perseguição e morte, através da colaboração entre as ditaduras via Condor, tanto de líderes revolucionários chilenos quanto de ex-parlamentares uruguaios exilados na Argentina como foi o caso de Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez (capítulo 9: “Morte na Argentina”).



Continuando a pensar as relações entre as agências norte-americanas e os aliados dos EUA, o contexto internacional da Guerra Fria é analisado pelo autor no quarto capítulo (“Revolução na contra-revolução”) na medida em que as ações do Condor só são compreendidas, para J. Dinges, tendo-se em vista as conjunturas nacionais e internacionais das décadas de 1960 e 70. Nesse capítulo nos são apresentados os projetos revolucionários de vários grupos de extrema-esquerda no Cone Sul, com destaque para a tentativa de agrupamento entre alguns deles por meio da “*Junta Coordinadora Revolucionaria*” (JCR). Do mesmo modo, Dinges analisa a militarização dos Estados no Cone Sul e o apoio norte-americano aos novos governos instalados. A interpretação do autor, no entanto, aproxima-se daquela encontrada no documento argentino “*Nunca Más*”, relatório sobre os mortos e desaparecidos durante a ditadura portenha elaborado em 1984 pela “*Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*” (Conadep) a partir da iniciativa do governo democrático de Raul Alfonsín.

O relatório foi amplamente divulgado e celebrado pelos argentinos no processo de consolidação da democracia no país justamente por procurar explicar a ditadura, defendendo a “*teoría de los dos demônios*”, ou seja, a tese de que “a sociedade argentina fora vítima inocente dos demônios simétricos e antitéticos, os militares e os subversivos.”³ Em *Os anos do Condor*, J. Dinges parece reafirmar essa visão, chegando a justificar os golpes militares e a criação da Operação Condor como um resposta às ações armadas da extrema-esquerda. Como nos lembra o historiador Luis Alberto Romero, essa explicação, apesar de ser indicativa sobre o processo de construção da atual democracia no caso argentino, concebe uma sociedade civil passiva que não apoiava, nem condenava os processos políticos. Ao mesmo tempo, essa explicação parece conceber militares e “subversivos” como agentes externos à sociedade que agiram contra uma vítima imaculada. Nesse ponto-de-vista, o apoio de setores da sociedade às ditaduras (as “velhas marchadeiras” do golpe de 64 ou os empresários que “financiavam” a tortura na década de 70, no caso brasileiro) é deixado de lado.

As políticas norte-americanas com relação a América Latina são também objeto de análise do autor, notadamente nos capítulos dez (“Luz verde, luz vermelha”) e doze

³ ROMERO, Luis Alberto. “A memória, o historiador e o cidadão. A memória do *Proceso* argentino e os problemas da democracia.” *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 14.



(“Kissinger e ‘o problema terrorista’ da Argentina”). As ações ambíguas dos EUA com relação aos crimes que violavam os direitos humanos são representadas na figura do diplomata Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA nos governos republicanos de Richard Nixon e Gerald Ford (1973-78). J. Dinges responsabiliza o secretário de Estado pelos crimes cometidos pela Operação Condor, já que ele não teria adotado uma política de negativa enérgica com relação aos assassinatos cometidos pelos ditadores latino-americanos. Para o autor, a política externa de Kissinger dividia os países do mundo em “totalitários agressivos” (os do bloco comunista) e governos com que se podia conviver apesar de crimes cometidos para combater o “terrorismo internacional” (os aliados norte-americanos). Por ser ambígua no tratamento as ditaduras, ela seria também responsável pelos crimes do Condor.

Para Dinges, essa política ambígua durante a década de 1970 seria uma espécie de “traição” dos verdadeiros propósitos que os EUA possuem em nível mundial. Ao contrário do que o autor diz esperar, o governo norte-americano não estaria defendendo os valores universais da democracia, da liberdade e dos direitos humanos como ele fazia “desde sempre”. É claro que, na acepção de Dinges, alguns funcionários mais comprometidos, como seria o caso do então embaixador norte-americano no Paraguai Saul Landau⁴, continuavam os esforços em manter essa “missão histórica” dos EUA com relação ao mundo. Contudo, o que havia ocorrido no geral era que a integração das forças de segurança via Operação Condor foi encorajada, e não criticada, pelas agências dos EUA.

Essa argumentação de J. Dinges no sentido de que o “legado histórico e [os] valores mais profundos”⁵ dos EUA estavam sendo deixados de lado no contexto da década de 1970 nos indica mais sobre a construção de um dos imaginários políticos norte-americanos do que sobre a relação do governo do país com as ditaduras no Cone Sul. A historiadora Mary A. Junqueira observa que esse imaginário foi uma construção de longa duração que envolveu a consolidação de uma unidade política e cultural dos

⁴ Saul Landau é colaborador de J. Dinges no livro “Assassination on Embassy Row” (1980) que relata o assassinato de Orlando Letelier e fez parte de um esforço para o esclarecimento do caso. Cf. READ Assassination on Embassy Row by John Dinges, Saul Landau. Disponível em <<http://www.johndinges.com/books/assassination-on-embassy-row.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

⁵ DINGES, John. *Op. cit.* p. 43.



Estados Unidos desde a sua independência em 1776 e de maneira especial durante o século XIX. Para a autora, a evocação de um passado comum que se inicia com os peregrinos e a criação de vários símbolos nacionais (os Founding fathers, por exemplo) ajudou a conformar um mito político que caracteriza o povo norte-americano como excepcional e dotado de valores universais como a democracia e a liberdade.⁶ A análise de J. Dinges acaba por reafirmar esse mito político, apesar do próprio autor apontar, com um certo tom de lamento, que a política externa norte-americana nem sempre seguiu esses supostos valores nacionais.

Um outro ponto importante da análise do autor refere-se às ações judiciais movidas após o fim das ditaduras contra atores históricos como Manuel Contreras, chileno dirigente da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional) e principal idealizador do Condor, e Augusto Pinochet. No caso do ditador chileno, as ações que levaram o juiz espanhol Baltasar Garzón a expedir um mandato de prisão contra Pinochet em 1998 baseando-se nas resoluções do Tribunal de Nuremberg – principalmente aquelas que condenavam a tortura e o terrorismo como crimes contra a humanidade e, por isso, passíveis de condenação em qualquer tribunal do mundo – são esmiuçadas logo no terceiro capítulo do livro, “Atacando os moinhos de vento”. No caso específico de Garzón é interessante assinalarmos como a questão dos crimes cometidos pelos Estados autoritários durante o século XX ainda é problemática não só na América Latina. Na Espanha, vários processos contra o juiz vêm sendo abertos por organizações de extrema direita como a “Mãos Limpas” ou a “Falange espanhola” desde 2008 acusando-o de se “beneficiar pessoalmente” da prisão de Pinochet e de desrespeitar a anistia espanhola de 1977 que perdoava os crimes cometidos durante a Guerra civil e a ditadura franquista.⁷

Já a participação do governo brasileiro na Operação Condor não ganha muito destaque na análise do autor, principalmente porque a ditadura no Brasil não teve uma participação tão efetiva quando comparada aos mais entusiasmados Chile, Argentina e Uruguai. Dinges, no capítulo em que trata das últimas ações da Operação Condor (capítulo treze: “Ed Kock e o jogo final do Condor”), relata a prisão de três

⁶ JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 27-35.

⁷ JUIZ Garzón mandou prender Pinochet e Bin Laden; saiba mais. *Folha Online*, 14/05/2010. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u735112.shtml> >. Acesso em: 19 jun. 2010.



“*montoneros*” argentinos que tentavam voltar do exílio europeu passando pelo Brasil em 1980 e chega a levantar a hipótese de que as mortes de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1976 poderiam, apesar da carência da documentação com relação a esses acontecimentos, estar envolvidas com o Condor. Todavia, o contexto brasileiro de abertura “lenta, gradual e segura” – controlada pelos militares em torno do presidente Geisel em um primeiro momento e, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, pressionada pelos movimentos sociais nascentes⁸ – é deixado de lado pelo autor em favor de uma visão mais geral das ditaduras latino-americanas.

Ainda que representem uma pequena parcela das perseguições e assassinatos de opositores às ditaduras militares latino-americanas na década de 1970, a Operação Condor possui uma grande importância simbólica. A confirmação pública de sua existência em 1979 através do esforço investigativo do agente do FBI em Buenos Aires Robert Scherrer e as descobertas posteriores incentivaram a abertura de vários processos judiciais no decorrer das décadas de 1980 e 90 tanto na América Latina como nos EUA e em países europeus. A leitura do livro de John Dinges, apesar dos problemas apontados, permanece como uma oportunidade para conhecer sobre o contexto latino-americano da década de 1970 e, principalmente, sobre as operações executadas pelos governos militares do Cone Sul durante esse período. Além disso, a análise do autor pode contribuir para a problematização das relações internacionais contemporâneas e do alcance que devem ter os direitos humanos em nossas sociedades.

Endereço eletrônico para correspondência: amatobrunogabriel@gmail.com

⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 264-79.